

Mobilização e conflito socio-ambiental no Rio Madeira¹

Mobilization and socio-environmental conflict in Madeira River

Movilización y conflicto socio-ambiental en Río Madera

Mobilisation et conflit socio-environnemental au Rio Madeira

*Glauca Maria Quintino Baraúna**

Resumo: O presente texto compõe as reflexões que estão se fazendo sobre os conflitos sociais que se “potencializaram” a partir da criação do Projeto “Complexo Madeira”. Portanto, consiste em analisar as políticas governamentais e os projetos que ora se instalaram na região do Rio Madeira, afetando a vida de diversos agentes sociais. Tal projeto se estende por toda calha do Rio Madeira desde a fronteira com a Bolívia, passando pelo Estado de Rondônia até o Amazonas. Examinamos as transformações sociais que ocorrem nessa região e as lutas de resistência a essas investidas.

Palavras-chave: conflitos; Rio Madeira; movimentos sociais

Abstract: The present article is part of a reflection that is being done about the social conflicts that have been “potentiated” from the creation of the “Complexo Madeira” [Wood Complex] Project. Therefore, it consists in analyzing the governmental politics and projects installed in Rio Madeira [Wood River] region, affecting the lives of different social agents. This project extends through all Rio Madeira channel, from the Bolivian border, passing through the state of Rondônia (Brazil) to the Amazon. I examine the social transformations that occur in this region and the struggles and resistance towards such attacks.

Keywords: conflict; Rio Madeira; social movements

* Mestre em Sociologia junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia – PPGS da Universidade Federal do Amazonas – UFAM e Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. E-mail: glauciabruna@yahoo.com.br

Introdução O presente estudo é fruto de minha experiência de pesquisa acadêmica desenvolvida a partir da elaboração da dissertação de mestrado², e que se estende agora no curso de doutorado e nas pesquisas que realizo sobre o projeto "Complexo Madeira" dentro do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA/PPGAS-UFAM. O anseio por prosseguir com esse estudo parte dos resultados do trabalho de campo que realizei quando visitei alguns municípios localizados às margens do Rio Madeira em busca de informações para ambas as pesquisas, fato que me incentivou a estender os estudos a partir das novas fontes que surgiam e que necessitariam ser acompanhadas no âmbito de uma análise antropológica.

Para tanto, a pesquisa aqui referida visa analisar como se dá o processo de mobilização dos agentes sociais³ com relação às políticas governamentais que estabeleceram a implantação do projeto "Complexo Madeira" no Rio Madeira, no Estado de Rondônia e nos limites com os rios Beni, no território boliviano, e Madre Dios, em território peruano.

A referida região⁴ tem se tornado palco de disputas de vários interesses, que envolvem governistas, empresários e movimentos sociais. De acordo com Switkes, (2008) o "Complexo Hidrelétrico e Hidroviário do Rio Madeira" está dentro das pretensões governamentais, criado no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC⁵ e prevê investimentos para a construção de "rodovias, hidrovia e hidrelétricas". Atualmente este projeto compõe um dos eixos de consolidação dos planos da "Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana – IIRSA", que representa um plano maior de integração dos países sul-americanos, via projetos de infraestrutura.

A IIRSA foi criada pelos chefes de Estado dos países sul-americanos, no início da década, e vem sendo o primeiro projeto a concretizar várias dessas etapas de integração. O projeto "Complexo Madeira" foi apresentado pela primeira vez durante um

seminário da IIRSA, que foi organizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Corporação Andina de Fomento – CAF, na cidade do Rio de Janeiro, no mês de agosto de 2003.

O projeto "Complexo Madeira" foi elaborado por dois de seus atuais edificadores, a FURNAS Centrais Elétricas S.A⁶ e a Construtora Norberto Odebrecht – CNO⁷, que após esse processo de criação, realizaram os Estudos de Impacto Ambiental – EIA e o submeteram a apreciação e aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Por fim, o projeto consiste num plano do governo brasileiro de construir quatro hidrelétricas na calha do Rio Madeira para futura geração de energia e a construção de uma linha hidroviária que ligará o rio Madeira aos rios de sua confluência (Switkes, 2008, p. 10-25).

Duas dessas hidrelétricas fazem parte de um acordo binacional entre o Brasil e a Bolívia, para construção de uma Usina Hidrelétrica de Energia - UHE com capacidade de 600 MW, no território boliviano, em Cachuela Esperanza, no rio Beni. A outra UHE, com capacidade para 3.000 MW, se localizaria na fronteira dos dois países entre as cidades de Guayaramerin, na Bolívia, e Guajará Mirim, no Brasil, no estado de Rondônia, nas corredeiras Ribeirão. Parcialmente, essas duas obras estão em fase de estudos de viabilidade e têm seus valores totais ainda subestimados. A obra de Cachuela Esperanza está estimada em US\$ 1,2 bilhão e a obra de Guajará Mirim está prevista em US\$ 2 bilhões (Switkes, 2008, p. 25).

Além dessas hidrelétricas, há um investimento rodoviário que está sendo posto em prática, como os da BR 319 (Manaus – Porto Velho) e os da Interoceânica (Brasil – Bolívia - Peru), que servirão para fazer o transporte e o escoamento dos chamados commodities⁸, bem como servirão de rota de interligação ao resto do Brasil. Já a hidrovia irá facilitar o transporte de toda a produção via eixo fluvial do rio Madeira onde prosseguirá, até os limites com os países vizinhos (Bolívia e Peru), rumo ao pacífico, com destino a Ásia e Europa. As hidrelé-

tricas, também previstas no Plano Decenal de Energia - PDE⁹ e que estão em plena construção, serão responsáveis por produzir energia elétrica para sanar a demanda do setor industrial que está concentrado, principalmente, no Sudeste do Brasil.

O projeto "Complexo Madeira", pela consolidação de suas obras, assim como pela construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau (Rondônia-Brasil), das rodovias e da hidrovía, causará, de forma direta, as seguintes alterações ambientais: "alterações no curso do rio; mudança na rota de migração dos peixes, principalmente dos "bagres"; desaparecimento de espécies aquáticas consumidas por "povos e comunidades tradicionais"; alagamento de áreas ocupadas por "povos e comunidades tradicionais" nas áreas que dizem respeito ao Brasil, Bolívia e Peru; deslocamentos compulsórios de milhares de famílias e alterações geológicas" (Barthem, 2006; Fearnside, Switkes, 2008).

Com base nesta situação, os agentes sociais passaram a acionar os mecanismos políticos que pudessem lhes garantir o direito de permanecer na terra e a entrar na luta judicial junto aos movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), agências voluntárias de apoio, "entidades confessionais"¹⁰, pesquisadores professores e técnicos para evitar a ocorrência de fatos semelhantes aos constatados com os atingidos pela UHE de Samuel¹¹.

A luta dos agentes sociais aponta para uma disputa pelas "territorialidades específicas" conceituadas por Almeida (2008, p. 94-124) como produtos de diferenciados "processos de territorialização". Essas "territorialidades", para o autor, não são delimitações práticas, como as geográficas, são um produto da "delimitação cultural" dos grupos sociais. Estão além da determinação do privado, que tem a identidade como expressão da relação de pertencimento ao território e onde os recursos naturais são de livre acesso.

Os "processos de territorialização" conjugam as mobilizações acionadas a partir da força política das identidades assumi-

das. Nesse campo, os agentes, unidos na forma dos movimentos sociais, ganham visibilidade e poder político para intervir nas determinações governistas que tentam impor-se frente aos seus interesses. (Almeida 2008, p. 118)

Esse fator pode ser percebido pelo tipo de mobilização vista em Porto Velho, nas áreas distritais desse município e nas áreas fronteiriças de países vizinhos, onde os agentes lutam por suas "territorialidades específicas" e acionam órgãos públicos como os Ministérios Públicos Federal e Estadual, para a defesa de seus direitos. Também buscam em decretos e convenções¹² que garantem o reconhecimento de suas identidades e sobrevivência, elementos que irão salvaguardar os seus direitos.

As mobilizações desses agentes têm somado forças com outros movimentos internacionais que têm construído reivindicações conjuntas para levar o que pleiteiam aos espaços deliberativos, para garantir o máximo de seus direitos e isto, por vezes, ocorreu durante as audiências públicas¹³. No entanto, para além desses espaços de decisão, outras formas de manifestação são acionadas nas assembleias do MAB, nos manifestos criados como resultado de seminários dos movimentos sociais, nos fóruns e em todos os âmbitos em que estes agentes podiam adentrar, para tentar amenizar os efeitos provocados pelo início dessas obras.

Durante esse período, os movimentos sociais de Rondônia, como o MAB, os pescadores, os ribeirinhos, os indígenas e representantes dos movimentos sociais da Bolívia intensificaram as manifestações anti-barragem, contra o processo de implementação dessas obras. O caso boliviano foi amplamente debatido, pois o relatório de estudos do "Complexo Madeira" não considerou as áreas do território boliviano que provavelmente serão afetadas e alagadas. Assim como a jusante das obras, no Baixo Madeira, não houve referência às áreas que sofrerão com os efeitos futuros das barragens.

Antes que a licença prévia fosse liberada, muitos processos contestatórios vieram a público, e a própria equipe do Ins-

tituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), formada por oito profissionais, apresentou seu parecer técnico, alegando insuficiência nos estudos bem como argumentando que os efeitos reais provavelmente estariam muito além do que os previstos¹⁴. O governo federal reagiu imediatamente contra os laudos técnicos, criando situações depreciativas quanto ao seu parecer. Naquele período o IBAMA passou a receber sérias pressões, por parte do governo, para que fosse autorizado o início da obra. Durante essa etapa o presidente Lula chegou a declarar à imprensa que estava inconformado com a demora da liberação, chegando a comentar nos jornais que “jogaram o bagre no colo do presidente”¹⁵. (Boletim Diário do Portal EcoDebate, dezembro de 2008).

Contudo, o processo de licenciamento ambiental prévio (LP) dessas hidrelétricas acabou sendo emitido em 09 de julho de 2007 e logo depois foi realizado o leilão para definir quais empresas se encarregariam das obras. Para a UHE de Santo Antônio, de acordo com decisão que ocorreu em de-

zembro de 2007, o responsável pela obra é o consórcio Madeira Sustentável - MESA¹⁶ e em maio de 2008 para a UHE de Jirau o encarregado indicado foi o Consórcio Energia Sustentável do Brasil – CESB/ENERSUS¹⁷.

Por fim, as obras da UHE de Santo Antônio foram iniciadas no fim do semestre de 2008, com a instalação do canteiro de obras na Cachoeira de Santo Antônio. Muitos pontos com relação ao EIA-RIMA (estudo e relatório de impacto ambiental) ficaram obscuros e sem resposta, mesmo com as incorporações solicitadas aos empreendedores, pelos ministérios públicos e pela sociedade em geral, para que diminuíssem o grau dos prejuízos que se teria com as UHE's.

Como os fatores que preocupam os movimentos sociais são inúmeros, e alguns deles são relevantes para a abordagem definida neste estudo, se faz necessário apresentar os mais notórios para os agentes da pesquisa e que estariam envolvidos diretamente com os processos de mobilização que ocorrem no presente. Então vejamos:

QUADRO 16

LISTA DE FATORES VISTOS COMO “IMPACTOS NEGATIVOS” CAUSADOS PELAS UHE.

SITUAÇÃO

“Os dados do Estudo de Impacto Ambiental da obra indicam que 719 famílias serão atingidas devido à construção as barragens, sendo que 564 delas serão efetivamente deslocadas para o enchimento do reservatório. Nossos levantamentos indicam um número de atingidos é bem maior, de cinco mil pessoas”. (MAB, 2007)

“Há três comunidades indígenas isoladas que não foram incluídas nos estudos de impacto.” (MAB, 2007)

“Perda de espécies de peixes que servem para a atividade da pesca”

“Facilitação de desmatamento e/ou coleta predatória”.

“Aumento de incidência de Malária”

“Conflito social sobre a atividade pesqueira local”

“Aumento da incidência de outras doenças”

“Perdas de áreas para agricultura”

“Elevação do preço das terras e benfeitorias devido à aquisição de terras”

“Comprometimento do transporte para as famílias ribeirinhas”

“Comprometimento das comunidades ribeirinhas”

“Perdas de áreas aptas à agricultura”

“Perdas das cachoeiras”

“Interferências em unidades de conservação”

“Interrupção de rotas migratórias de peixes em consequência dos barramentos”

“Modificação da pesca nos reservatórios devido a alteração nos recursos pesqueiros disponíveis”

“Concentração de cardumes a jusante dos barramentos”

“Queda no emprego e renda dos garimpeiros”

“Alteração na renda dos pescadores”

“Possibilidades de comprometimento das atividades da população ribeirinha a jusante”

“Rompimento das Barragens”

“Seca nas regiões a jusante das barragens”

Fonte: Parecer Técnico Nº 014/2007 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA e MAB, 2007

Tendo como quadro atual o que apresentei acima, elegi para efeitos de investigação como fato a ser estudado, as tensões e os conflitos que afetam a vida dos agentes sociais, principalmente no que tange a todas as transformações que assinalam o denominado "Complexo Madeira". Como tenho uma relação de pesquisa estabelecida com os agentes sociais, pretendi aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica social destes e das agências envolvidas nesse "campo de luta".

O que é apontado nesse estudo é que há uma imposição de interesses, de um determinado grupo, que visa através

do poder de barganha, manter o domínio das relações sociais nessa região. Assim as relações são marcadas por um regime de concorrência entre agentes, e a participação no "jogo" supõe um mínimo de acordo sobre a existência do campo. Isso indica a caracterização do mesmo campo, por mecanismos específicos de congregação de recursos capitais (cultural, político, social). Deter um maior número de capital específico no campo significa ter mais poder dentro deste. Os grupos que detêm o poder exercem maior "violência" sobre os agentes que não dispõem de tais recursos (Bourdieu, 2004, p. 23-25).

MOVIMENTOS SOCIAIS PAN-AMAZÔNICOS QUE APÓIAM A LUTA CONTRA O PROJETO "COMPLEXO MADEIRA"

ORGANIZAÇÕES	PAÍS
Representación de Nueva Esperanza	Pando – Bolívia
Central Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Guayara Merin – CSUTCG	Beni – Bolívia
Casa de la Mujer de GuayaraMerin	Beni – Bolívia
Grupo Nacional de Trabajo para la Participación – GNTP	Guayaramerin – Beni – Bolívia
Herencia – Lidema	Cobija – Pando - Bolívia
Organización Indígena del Pueblo Takana	Cobija – Pando – Bolívia
Federación Departamental de Mujeres Campesinas de Pando "Bortolina Sisa"- FDMCP	Cobija – Bolívia
Comitê Binacional de Médio Ambiente	Brasil – Bolívia
Guajará Mirim e Guayaramerin Foro Regional Amazônico de Medio Ambiente – FORAMA	Beni – Bolívia
Comitê Binacional de Madre Dios	Madre Dios – Peru
Comunidade Católica de Huepotuhe	Madre Dios – Peru
Foro Boliviano de Medio Ambiente y Desarrollo – FOBOMADE	Bolívia
Movimento de Atingidos por Barragens	MAB – Brasil
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	MST – Brasil
Movimento dos Pequenos Agricultores	MPA – Brasil
Associação dos Moradores do Bairro Triângulo e Santo Antônio	Porto Velho – RO
Fórum Independente Popular	Porto Velho – RO
Via Campesina	Porto Velho – RO
Conselho Nacional de Seringueiros – CNS	Brasil
Comunidade da Cachoeira de Santo Antônio	Porto Velho – RO
Associação de Pescadores de São Carlos	RO
Associação dos Amigos da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré	RO
Organização dos Povos Indígenas Gavião, Arara, Tupari, Aruá, Jabuti – PANDEREJ	RO

Fonte: Boletim Informativo Nova Cartografia Social da Amazônia. Edição Especial: "Complexo Madeira: Conflitos Sociais na Pan-Amazonia". Março de 2009, p. 02.

Abaixo, abordo a questão da mobilização, tomando como exemplo uma determinada situação que reflete o quadro que se compôs em torno da resistência ao empreendimento. Trata-se das manifestações que ocorreram durante as audiências públicas.

A expressão da luta anti-barragem no espaço das audiências públicas

Segundo Dourado (2008), o recurso da audiência pública foi criado na França no ano de 1980, pelo órgão ministerial ambiental daquele país, para analisar os processos de licenciamento ambiental para empreendimentos de grande porte. Em se tratando do Brasil, foi através do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), via Resolução nº 001 de 23 de janeiro de 1986, artigo 11, no parágrafo 2º, que foi atribuído ao órgão licenciador ambiental federal e/ou aos municípios, a incumbência de realizar audiências públicas para tornar conhecidos os aspectos que se referem aos empreendimentos propostos a uma determinada região.

No que concerne aos atributos ambientais, o Ministério do Meio Ambiente – MMA reconhece que uma audiência pública seria um espaço definido para prestar esclarecimentos ou promover uma “consulta pública”¹⁸, considerando a participação popular sobre processos de avaliação de “impactos ambientais e sociais”, pois são de interesse público. Nesse sentido o MMA supõe que em uma audiência pública seja garantida a “participação social” via essa forma de consulta, sobre a “viabilidade ambiental de empreendimentos que possam causar danos ambientais e sociais”.

No caso de empreendimentos como o projeto “Complexo Madeira”, deveriam estes ser espaços utilizados para apresentação e discussão junto à sociedade civil dos projetos e seus respectivos Relatórios de Impacto Ambientais – RIMA, em contraste com as conclusões dos Es-

tudos de Impactos Ambientais - EIA¹⁹, realizados pelos supostos empreendedores ou pelo órgão ambiental do governo (Machado, 2002 p. 231).

Esses relatórios devem ser socializados e apreciados pelos agentes interessados nas informações nele contidas²⁰. O conteúdo desse relatório deve ser claro e inteligível para que todos possam ter acesso às informações técnicas. Segundo Dourado (2008, p. 10)²¹, a linguagem do RIMA deveria ser acessível para que os conhecedores do relatório possam fazer sugestões e solicitar esclarecimentos.

Segundo Dourado, a audiência pública é de responsabilidade administrativa do Estado, portanto orientado via normas jurídicas. A forma contributiva da sociedade na tomada de decisões durante uma audiência está garantida e de acordo com o artigo 2º da Resolução nº 09/87, participam da audiência o representante do “Ministério Público, uma entidade civil organizada ou 50 (cinquenta) ou mais cidadãos podem solicitar do órgão de meio ambiente a realização de audiência pública” (Dourado, 2008, p. 13).

Já para Machado (2002), uma audiência pública seria “uma última grande etapa do procedimento do Estudo Prévio de Impacto Ambiental – EPIA”. O processo de análise de empreendimentos de grande impacto ambiental e social passa por várias etapas, sendo que a audiência pública se apresenta como uma dessas etapas e de todas. Ela é uma das mais significativas, pois se torna a base para a “análise e parecer final”.

No entanto, tornou-se muito complexo fazer cumprir essas diretrizes que ordenariam um debate em torno de empreendimentos gigantescos que vêm sendo criados em várias regiões do Brasil. De acordo com Zhouri (2008), nos espaços da audiência pública, que são praticamente a única oportunidade de se ter de fato a possibilidade de opinar e “participar”, ocorre um “jogo de cenas” que forjam uma aparência “democrática e participativa” com relação às decisões.

Mas, como a própria antropóloga relata, as audiências são programadas quando o próprio processo de licenciamento já está em curso, ocorrendo de forma contrária ao desejado, uma vez que deveriam anteceder todo o processo de avaliação e de viabilidade e mesmo levar em consideração as propostas e decisões apontadas pela sociedade civil. Dessa forma, se fossem consideradas as ponderações dos maiores interessados, a sociedade civil representada por vários de seus segmentos, provavelmente muitas modificações seriam feitas nessas propostas, mas isto se houvesse uma seqüência de eventos que proporcionasse clareza, real participação e retorno a própria sociedade.

Com relação às hidrelétricas do "Complexo Madeira", apenas quatro "audiências públicas" foram realizadas ao todo para destacar os relatórios, o projeto, os estudos e discutir pontos relativos à construção das UHE de Jirau e Santo Antônio, que seriam apresentadas à sociedade civil. A primeira audiência ocorreu em 10 de novembro de 2006, em Jaci-Paraná, seguida da segunda audiência realizada no dia seguinte, em Porto Velho, em 11 de novembro de 2006. Uma terceira foi feita em 30 de novembro de 2006, em Mutum-Paraná, e a última em 15 de outubro de 2008, em Porto Velho.

As audiências realizadas no ano de 2006 ocorreram numa seqüência de dias e foram contestadas por movimentos sociais, pesquisadores, agentes e agências. Infelizmente não compareci às três audiências realizadas durante esse ano, mas recorri a fontes que me possibilitaram o acesso às informações sobre o andamento desses eventos. De acordo com os documentários aos quais tive acesso, essas audiências públicas, programadas pelo IBAMA em conjunto com os consórcios FURNAS/Odebrecht, denotaram ser palco de muitas manifestações contrárias às obras e também de imposição dos consórcios a partir dos argumentos usados para justificar a necessidade do empresariado em implementar esse projeto²².

Participavam como contestadores, os membros do MAB, representantes de associações rurais, ribeirinhos, pescadores, estudantes, agricultores, indígenas, pesquisadores e professores universitários. Estes, fazendo sempre indagações, alguns expressando sua preocupação com os deslocamentos e as indenizações que estavam sendo propostas. A respeito da situação então vivida, o depoimento abaixo expõe que:

[...] Muitas pessoas tão se iludindo com o que possa vir a receber e o que fazer com aquele dinheiro ou benefício que eles vinham dar. Sendo que num tem totalmente reconhecimento do que possa vir a acontecer com a gente. Porque as conversas deles são bonitas e isso e aquilo outro, e uns que não entendi tanto, que num tem um pouco de conhecimento das coisas, fica embaralhado, fica poxa vai ser ótimo nós ir pra cidade, receber uma quantidade, vai dar pra nós viver bacana, sendo que a realidade não é essa. Você vê tanto que a briga entre a Usina de Samuel com as comunidades de lá até hoje ainda rola. Então a gente por aí, a gente tem que tirar um pouco de exemplo. (Depoimento de um dos agentes sociais sobre as indenizações prometidas pelos consórcios, Porto Velho, novembro de 2006)

As manifestações em meio às audiências denotavam a indignação com relação aos danos ambientais sobre o Rio Madeira, bem como os problemas sociais que recaíam sobre os agentes sociais que vivem nas "comunidades" próximas à área de construção das hidrelétricas, desde a formação até a sua foz. Para ressaltar como foram essas discussões, e, principalmente os questionamentos dos agentes sociais sobre as obras que em andamento, e tendo como exemplo outras experiências de agentes que sofreram as consequências trazidas por obras hidrelétricas, elegi algumas citações relevantes para que se possa ter uma ideia do teor das questões levantadas durante uma das audiências públicas, como abaixo:

Cinco quilômetros dessa pompa que vocês querem fazer sobre nossas cabeças, cinco quilômetros que vocês não consideram, e eu não vou ser impactado? Eu desconsidero sob verdade, porque se eu moro a cinco quilômetros de uma pompa que vai tá feita na minha cabeça, isso aí senhora vai ter impacto sim! E essa obra senhora, não só vai impactar de Santo Antônio pra cima não senhora! Ela vai impactar o Rio Madeira, da primeira nascente lá nos Andes até na foz, lá no Amazonas. Cada obra não só vai afetar só o Amazonas, não senhora, vai afetar o Brasil, vai afetar o planeta! (Fala do membro da Associação Ribeirinha Arirambas em resposta à superintendente ambiental de FURNAS, durante a audiência pública realizada em 30/11/2006 em Mutum-Paraná)

Se realmente for feito o que estão falando aqui, realmente será inédito no mundo esse tipo de empreendimento. Porque nós sabemos que aonde teve barragens houve fome, miséria e destruição. Eu acho que é importante, eu como um dos atingidos, estou aqui para levar a nossa mensagem de como nós fomos despejados. Essa mesma sereia que tão contando aqui, um dia contaram para os nossos pais. Hoje, a maior parte dos nossos pais não estão mais para ver e ouvir a nossa história. (Membro do MAB, fazendo depoimento durante a audiência pública realizada em Jaci-Paraná, 10/11/2006)

Muitos agentes denunciavam a manipulação dos participantes das audiências, por meio do uso dos termos técnicos e expressões jurídicas, que eram apresentados pelos representantes dos consórcios, ora para não serem compreendidos, causar intimidação e evitar indagações e ora, ainda, para convencer aqueles que assistiam as apresentações. Contestavam também a possibilidade de terem que deixar as suas localidades, as suas atividades e de verem-se obrigados a residir em áreas periféricas do município de Porto Velho. Sobre a ação dos representantes

dos consórcios nas audiências, vejamos o depoimento abaixo:

Falam muita coisa, falam muita coisa, mas, nada de interesse pra gente no meu ponto de vista. Nada de interesse pra gente porque falam uma coisa e a gente entende mais ou menos, uns entende mais ou menos, tem gente que num entende nada. Quando a gente faz uma pergunta pra eles, realmente da nossa linguagem que a gente vai entender, não é com eles, é com outra pessoa. Então a gente fica perdido, fica praticamente só escutando eles falarem. Eles falam o que querem, tá bom, obrigado, dá uma comidinha pra um, dá uma comidinha pra outro e vai embora. (Fala de um dos agentes sociais, Porto Velho, novembro de 2006).

Demais manifestantes como professores universitários, que participaram das audiências públicas, expressaram sua indignação frente à falta de clareza e de discussões no âmbito das entidades de classe e da própria universidade sobre a real necessidade dessas hidrelétricas para o município.

Porque pra mim não está claro, o discurso que vem atender o desenvolvimento de Rondônia não está claro! Eu tô colocando isso como professor da universidade, porque na minha universidade que taí o nome, nós não discutimos. Se na universidade não se discutiu, eu quero saber se na associação de moradores se discutiu? Se discutiu nas entidades de classes? Eu quero saber disso, mas estamos sabendo também que há um interesse de manipulação das pessoas, para vir pra cá concordar. Não vamos concordar, vamos debater e é a partir do debate que a gente pode chegar a um objetivo! Essa é a questão, essa é questão que eu coloco, obrigado! (Fala de um dos professores da UNIR, durante a audiência pública realizada em Porto Velho, 11/11/2006).

Tendo como destaque as falas dos agentes sociais e de apoiadores do mo-

vimento anti-barragem, houve também a manifestação dos governadores da região Amazônica, que expressavam apoio às UHE e ressaltavam que sem estas obras não haveria possibilidades de crescimento para os Estados do norte do país. Vejamos as falas que mostram o posicionamento dos políticos:

Eu sou governador, eu não ganho um tostão, eu não ganho uma cibalena pra nada. Mas depois lá na frente é outra história tá gente!? Porque o progresso é imediato, num tem como evitar isso, as cidades vão crescer tanto que não tem como mais frear. (Fala do governador de Rondônia, Ivo Cassol, durante a audiência pública de Mutum-Paraná, 30/11/2006)

Porque nós não abrimos mão, a palavra é essa. Nós estados, Acre, Rondônia e Amazonas, não abrimos mão de estar dentro desse empreendimento. Isso é uma novidade aqui no Brasil, dentro da terra, permanentemente dentro do negócio. (Fala do ex-governador do Acre, Jorge Viana, em apoio às obras do "Complexo Madeira", durante a audiência pública de Mutum-Paraná, 30/11/2006)

Nessas audiências, o IBAMA também se posicionava publicamente sobre as medidas que seriam tomadas e as responsabilidades pela agência que seriam assumidas, caso se iniciasse o processo de deslocamento das famílias que vivem nas localidades a serem afetadas pelas obras.

Se o empreendimento for aprovado pelo IBAMA e tiver viabilidade ambiental e passar para a fase de licença de instalação, quem vai cobrar os programas, quem vai exigir do empreendedor, seja ele esse consórcio que tá aqui hoje, seja um outro consórcio que ganhe, é o IBAMA. Quem pode assinar esse compromisso e dizer para os senhores se o empreendimento for viável e nós estamos avaliando ainda. Nós estamos dizendo isso aqui olhando no olho de cada um de vocês, se o em-

preendimento for viável, quem vai cobrar do empreendedor é o IBAMA, não é o INCRA. A responsabilidade nesses casos, não é um reassentamento de reforma agrária é um reassentamento de pessoas que tão aqui assentadas em suas propriedades e que tem que ser removidas para um outro local. Vai ter um processo de discussão sobre onde vão e sobre as condições que vão e quem vai monitorar é o IBAMA. Então esse compromisso o IBAMA tá assumindo aqui porque é o seu compromisso. Se houver impedimento com certeza esse compromisso tá assumido pelo IBAMA. Se quiserem eu assino, esse é o compromisso do IBAMA. (Fala de Luis Felipe Kunz, diretor de licenciamento do IBAMA, ao se reportar às indagações feitas pelos agentes sobre os deslocamentos, audiência pública realizada em Mutum-Paraná, 30/11/2006).

Esses depoimentos expõem resumidamente a situação experienciada pelos diferentes atores durante o período de lutas contra o empreendimento.

As relações que esses agentes estabeleceram com seus pares e com o lugar onde vivem representam o sentimento de pertencimento ao grupo, a localidade, aos costumes e crenças; em suma, é o fundamento cultural que dá sentido ao seu modo de vida. No entanto, os agentes sociais continuam vivenciando as transformações sociais decorrentes das bruscas mudanças, devido às intervenções empresariais e às políticas governamentais, a partir da inserção do projeto "Complexo Madeira".

Pode-se afirmar, assim, que ao analisar as políticas governamentais percebe-se que os efeitos ambientais e sociais recaem diretamente sobre o modo de vida dos agentes. Esse fato é reafirmado a partir do trabalho de campo que realizei, apontando as problemáticas percebidas junto aos próprios agentes e por meio das informações obtidas pela colaboração das agências, da análise de documentos oficiais, de artigos, de manifestos e de

estudos realizados por pesquisadores que acompanham toda essa transformação social que ocorre com a imposição de tais políticas governamentais.

O que pretendi demonstrar é que as estratégias mentalizadas a partir das políticas governamentais atuais priorizaram a criação de uma infraestrutura que privilegia os setores dominantes empresariais e que desenvolvem planos que estimulam a intensa exploração dos recursos naturais. Este, de todas as formas, não tem sido um processo partilhado com os grupos sociais que vivem nessa região; não há a efetiva "participação" desses agentes com relação a esta política implementada no rio Madeira. Os efeitos podem se apresentar de diversas maneiras, algumas vezes irreversíveis, mas, principalmente, podem aumentar os problemas sociais e prejudicar as práticas culturais destes agentes.

Perceber na leitura dos conteúdos dos planos governamentais, a intenção dos grupos dominantes, foi relevante para reafirmar uma das hipóteses iniciais que tive sobre o avanço de pretensões empresariais quanto ao agronegócio, a pecuária, a exploração mineral, a exploração de pescado para exportação e a extração de madeira em áreas ocupadas por diversos grupos sociais.

Nesse sentido, por meio dos depoimentos dos agentes sociais, pude concluir que as agências ambientais fiscalizadoras exercem com "violência" os poderes que lhes são conferidos pelo Estado, como detentor da "força administrativa", que delegou às suas "instituições o poder de contro-

le do comportamento dos indivíduos". Esse fato foi nitidamente percebido e corresponde ao que o teórico observou em seus estudos sobre o poder de dominação que o Estado exerce sobre os agentes sociais.

Portanto, por meio desta pesquisa espero ter conseguido apresentar como as políticas governamentais, projetadas para a região do Rio Madeira definidas nos últimos anos dentro do projeto desenvolvimentista que marcou governo Lula e tem continuidade no governo Dilma, com apoio do empresariado nacional e internacional, tem conseguido criar formas de impor planos e projetos de infraestrutura na Amazônia. Considerando, também, que a implementação dessas políticas geram efeitos sociais irreversíveis, que recaem sobre os "povos e comunidades tradicionais", provocando violentas perdas e a destruição do modo de vida destes grupos sociais, da mesma forma que outrora políticas governamentais da mesma natureza, foram implantados na Amazônia.

Foi possível constatar que, na medida em que esses projetos avançam, os povos indígenas e comunidades do Rio Madeira estão sendo excluídos, explorados e anulados, por serem vistos como meros obstáculos ao crescimento econômico. Persiste uma visão conservadora, que opõe as inovações tecnológicas a uma suposta "primitividade" dos povos e comunidades tradicionais, cujos efeitos são imponderáveis e contrastam com a consolidação das identidades coletivas e das formas associativas que aglutinam povos indígenas, pescadores, ribeirinhos, agricultores, garimpeiros e extrativistas.

Referências bibliográficas

- ACSELRAD, H. Conflitos Ambientais: a atualidade do objeto. In: ACSELRAD, Henri (Org.) *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heirinch Böll, 2004, p. 07-11.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Universalismo e localismo: Movimentos sociais e a crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D'Incao, Maria Ângela *et al.* (org.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1994. p. 521-537.
- _____. Novas características do mercado de terras. In: *Guerra ecológica nos babaçuais: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terras na Amazônia*. São Luís: Lithograf, 2005, p. 80-81.

- _____. *Terras de quilombo, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundo de pasto: terras tradicionalmente Ocupadas*. Manaus: PPGSCA-UFAM/Fundação Ford.Coleção "Tradição e Ordenamento Jurídico", 2006.
- _____. Paradoxo Amazônico. *Revista Contra Corrente*. Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Janeiro de 2009, p. 18-22.
- _____. Agroestratégias e Desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A.W.B.; CARVALHO, G., (orgs.) *O Plano IIRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica*. Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE; Observatório COMOVA/UFPA, 2009, p. 57-105.
- BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, T. (org.) *O guru, o iniciador e outras formas variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000, p. 25-67.
- BOURDIEU, P. Trabalhos e projetos: [1980], Esboço de uma teoria da prática [1972] e O Campo Científico [1976]. In: ORTIZ, R. (Org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática (Col. Grandes Cientistas), 1983.
- _____. Compreender. In: Pierre Bourdieu et. al. (Orgs.). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 3ª ed., 2007, p. 693-732.
- _____. Efeitos de lugar. In: *A Miséria do Mundo*. Pierre Bourdieu et. al. (Orgs.). Petrópolis: Editora Vozes, 3ª ed., 2000, p. 160-163.
- _____. *Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na Sociologia*. Pierre Bourdieu et. Al. (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- _____. *Coisas Ditas*. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.*, São Paulo: Ed. UNESP, 2004, p. 17-79.
- CASTRO, E. Integração Sul-Americana do IIRSA: Visão do Estado e dos atores da Pan-Amazônia. In: *O Plano IIRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica*. Alfredo Wagner Berno de Almeida & Guilherme Carvalho, (org.). Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE; Observatório COMOVA/UFPA, 2009, p. 107-141.
- D'ALMEIDA, B. G. *Práticas jurídicas de pescadores e extrativistas da várzea amazônica e grandes projetos governamentais: conflitos sócio-ambientais na comunidade de São Carlos, em Rondônia, e o Complexo Madeira*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito Ambiental, Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2008, p. 20-60.
- DOURADO, S. B. *Participação e Audiência Pública*. Artigo. Programa de Pós-graduação em Direito Ambiental, Universidade do Estado do Amazonas, 2008.
- _____. *Participação indígena na regulação jurídica dos conhecimentos tradicionais associados a biodiversidade*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito Ambiental, Universidade do Estado do Amazonas, 2009.
- FEARNSIDE, P. M. Recursos pesqueiros. In: VAL, A.L.; SANTOS, G.M. (eds.) *Grupo de Estudos Estratégicos Amazônicos (GEEA). Tomo 2* Manaus, Amazonas: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), , 2009, p. 02-03.
- _____. Impactos de presas hidroeléctricas en la Amazonía. *Memoria*, Simposio Internacional Evaluación de Impactos Ambientales de grandes hidroeléctricas en regiones tropicales: El caso del río Madera, WWF-Bolivia, La Paz, Bolívia, 19 de maio de 2009, p. 19.
- FURTADO, F. Integração financeira da América do Sul. Banco do Sul: mais do mesmo ou oportunidade histórica? In: *Revista de Economia Heterodoxa*, n. 9, Ano VII, 2008.
- GARZON, L. F. N. É preciso um Anti-PAC. *Revista Contra Corrente*. Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Janeiro de 2009, p.12-13.

- _____. A crise, o setor elétrico e o PDE 2008-2017: o que será na base do que é? Porto Velho, 2009. Disponível em: [http:// www.rbrasil.org.br](http://www.rbrasil.org.br).
- GUSFIELD, J. R. *Community: a critical response*. New York: Harper & Row Publisher, 1975.
- GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zuzulândia moderna. In: Feldman- Bianco, Bela (org.) *Antropologia das sociedades contemporâneas-métodos*. São Paulo: Global, 1987, p. 227-344.
- LACERDA, F. G. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1899-1916)*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, Brasil, 2006, p. 40-50.
- LOPES, J. S. L. *A ambientalização dos conflitos sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004, p. 17.
- MAHAR, D. J. *Desenvolvimento Econômico da Amazônia*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.
- NOBREGA, R. S. *Contra as invasões bárbaras, a humanidade: a luta dos Arara (Karo) e dos Gavião (Ikólóéhj) contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado, em Rondônia*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, Brasil, 2008, p. 67-90.
- RAHNEMA, M. Participation. In: SACHS, W. (Org.). *The Development Dictionary*. New York: Zed Books, 2005. 11ed, p; 116-131.
- SEVÁ Filho, A. O. *O conhecimento crítico das mega-hidrelétricas: para avaliar de outro modo alterações naturais, transformações sociais e a destruição dos monumentos fluviais*. Anais do 2º Encontro Nacional da ANPPAS – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Indaiatuba, SP, 2004. Arquivo em <http://www.fem.unicamp.br/~seva>
- _____. *Tenotã Mõ: Alertas sobre as conseqüências dos projetos de hidrelétricas no Rio Xingu*. São Paulo: IRN – International Rivers Network, 2005. Arquivo em www.fem.unicamp.br/~seva
- _____. Tentativas hidrelétricas nos rios Xingu paraense e Madeira-Mamoré internacional. *Anais do II Encontro de Ciências Sociais e Barragens*. Salvador/BA, 2007. Arquivo em www.fem.unicamp.br/~seva
- SWITKES, G. (Org.). Resumo Executivo. In: *Águas Turvas: Alertas sobre as conseqüências de barrar o maior afluente do Amazonas*. São Paulo: Editora International Rivers, 2008, p. 10-15.
- _____. A pedra fundamental da IIRSA. In: SWITKES, G.; BONILHA, P. (Orgs.) *Águas Turvas: Alertas sobre as conseqüências de barrar o maior afluente do Amazonas*. Editora: São Paulo: International Rivers, 2008, p. 16-25.
- TEIXEIRA, C. C. *O Aviamento e o Barracão na Sociedade do Seringal (estudo sobre a produção extrativa de borracha na Amazônia)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, SP, Brasil, 1980.
- VERDUM, R. Financiamento a megaprojetos: novos desafios. *Revista Contra Corrente*. Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Janeiro de 2009, p. 6-7.
- WEBER, M. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1991, p. 55.
- _____. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Cultrix, 2007.
- ZHOURI, A. *A insustentável leveza da política ambiental*. In: Zhouri et Al. (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FONTES CONSULTADAS:

Parecer Técnico Nº 014/2007 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. Rondônia

- Pareceres dos Consultores sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto para Aproveitamento Hidrelétrico de Santo Antônio e Jirau, Rio Madeira – RO. Parecer Técnico sobre Ecossistemas. Ministério Público do Estado de Rondônia. Outubro, 2006.
- Petição encaminhada pela Kanindé ao Tribunal Latino Americano da Água, Audiência Pública, Setembro 2008, Antigua – Guatemala, Roteiro de Denúncias.
- Plano Amazônia Sustentável. Ministério da Integração Nacional/Ministério do Meio Ambiente. Diagnóstico e Estratégia, v. I, Brasília, abril, 2004.
- Plano Nacional de expansão de Energia 2008-2017. Ministério das Minas e Energia. EPE, Brasília, 2009.
- Programa de Aceleração do Crescimento. Ministério da Casa Civil, 2007-2010, Brasília.
- LEI Nº 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009. Casa Civil, Subchefia para Assuntos jurídicos. Brasília, 2009.
- LEI Nº 11.958, DE 26 DE JUNHO DE 2009. Casa Civil, Subchefia para Assuntos jurídicos. Brasília, 2009.
- LEI N.º 2.713, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2.001. Política de proteção a fauna aquática e de desenvolvimento da pesca e aqüicultura no Estado do Amazonas. Assembleia Legislativa do estado do Amazonas. Manaus, 2001.
- Boletim Informativo Nova Cartografia Social da Amazônia, nº 02 – Edição Especial. *Complexo Madeira: Conflitos Sociais na Panamazonia*. Março de 2009.
- Cartilha do MAB. *Hidrelétricas no rio Madeira: energia para quê e para quem?* Agosto de 2007.
- www.sbi.bio.org
- www.pac.gov.br
- www.rbrasil.org.br
- www.ibama.gov.br/licenciamento/index.php
- www.riomadeiravivo.org
- www.mabnacional.org.br
- www.ibama.gov.br/provarzea
- www.natbrasil.org
- www.iirsa.org
- www.mma.gov.br

Resumen: El presente trabajo forma parte de una reflexión que se realiza sobre los conflictos sociales que se potenciarán a partir de la creación del proyecto "Complejo Madeira". Por lo tanto, consiste en analizar las políticas gubernamentales, así como los proyectos que se instalarán en la región del Río Madeira, afectando la vida de diversos agentes sociales. El proyecto se extenderá por toda la cuenca del Río Madeira desde la frontera con Bolivia, pasando por el Estado de Rondonia hasta el Amazonas. Examinó las transformaciones sociales que ocurren en esa región así como las luchas de resistencia frente a la ocupación.

Palabras Clave: Conflicto; Rio Madeira; Movimientos Sociales

Résumé: Cet article fait partie de la réflexion sur les conflits sociaux qui ont été «potentialisés» depuis la création du projet "Complejo Madeira". Par conséquent, il s'agit d'analyser les politiques gouvernementales et les projets que se sont installés dans la région du Rio Madeira, affectant les vies de plusieurs acteurs sociaux. Ce projet s'étend sur toute la rivière Madeira jusqu'à la frontière avec la Bolivie, en passant à travers l'Etat de Rondônia et Amazonas. J'examine, ainsi, les transformations sociales qui se produisent dans cette région et les luttes de résistance contre ces entreprises.

Mots clés: Conflit; Rio Madeira; mouvements sociaux

Notas

- 1 Trabalho apresentado na 27ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de agosto de 2010, Belém, Pará, Brasil.
- 2 Em setembro de 2009 defendi minha dissertação de Mestrado junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia – PPGS da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.
- 3 Agricultores, indígenas, pescadores, garimpeiros, extrativistas e camponeses.
- 4 A "região" considerada, não se limita a um mero recorte geográfico, mas tem como referência a área limitada pelo RIMA do projeto "Complejo Madeira" e para os investimentos governamentais, bem como considera as áreas que serão afetadas pelas transformações sociais decorrentes da implementação desse projeto e das políticas governamentais que convergem para os mesmos interesses que impulsionam as alterações impostas (SOARES et al, 2008). A "região" do Rio Madeira, onde serão feitas as obras hidrelétricas e a hidrovía, apresenta-se como uma referência que está em "jogo", onde no cerne das relações sociais emergem as disputas e os interesses econômicos. Trata-se de um "campo de lutas" onde grupos antagonísticos tentam defender seus interesses. (,Bourdieu 2004, p. 108-116).
- 5 O PAC é um programa de governo, lançado em 2007, na gestão do presidente Lula da Silva, criado para gerir projetos de investimentos em infraestrutura. (PAC, 2007), disponível em: www.planejamento.gov.br/arquivos_down/noticias/pac/070123_PAC_INFRA-ESTRUTURA.pdf.
- 6 FURNAS é considerada uma "holding" da estatal brasileira ELETROBRÁS, fundada em 1957 quando da construção da sua primeira hidrelétrica, a UHE FURNAS em Minas Gerais. A empresa trabalha basicamente com geração de energia, com atuação no Sul e Sudeste do Brasil. Ver Switkes (2008, p. 22).
- 7 A Companhia Norberto Odebrecht surgiu em 1944, é considerada a maior construtora no continente, atuando nos ramos da construção e da engenharia petroquímica. A Odebrecht é famosa pelos serviços prestados em vários países, foi a responsável pela construção da UHE de Itaipu; da UHE Pichi Picún Leúfu na Argentina; pela UHE de San Francisco no Equador, que em 2008 apresentou falhas na estrutura da obra, fato que desencadeou um problema diplomático entre a empresa brasileira e o presidente Rafael Correa; pela ampliação do aeroporto de Miami e do metrô de Caracas, na Venezuela, e também pela pavimentação da rodovia Interoceânica, no Peru. Também é destacada pela construção da Linha Amarela do metrô de São Paulo, que gerou polêmica com o acidente provocado por um desabamento de terras que matou 07 pessoas em janeiro de 2007. Ver Switkes (2008, p. 21).
- 8 De acordo com Almeida (2008), commodities é um termo geralmente usado para designar uma grande produção geralmente da mesma origem. Essa produção (homogênea) irá atender mercados maiores em grande escala e seu transporte sempre é feito em volumes gigantescos. Exemplos: soja, cana-de-açúcar, milho, minerais e outros.
- 9 Tem como objetivo fazer uma definição do quadro nacional para "instalação de infraestrutura de oferta de energia, necessárias para atender ao crescimento dos requisitos do mercado (...) de forma ambientalmente sustentável" (...). (PDE, 2008, p. 02). Disponível em: <http://www.epe.gov.br>.
- 10 Como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).
- 11 A construção dessa Hidrelétrica, na década de 1980, deixou milhares de famílias em desvantagem. Muitas foram deslocadas e até hoje não receberam as indenizações pela saída da terra original. A atual formação do MAB originou-se a partir das famílias afetadas pela UHE de Samuel.

- 12 Decreto 6.040 e Convenção 169 da OIT, que reconhecem as identidades coletivas de "Povos e Comunidades Tradicionais" e os direitos sobre os seus territórios e a sua reprodução cultural.
- 13 De acordo com o MMA uma Audiência Pública "é a forma de consulta pública usual no processo de licenciamento e tem por objetivo a divulgação para a sociedade das informações sobre o projeto e discussão do RIMA, Relatório de Impacto Ambiental, que reflete as conclusões do EIA/Estudo de Impacto Ambiental. (Portal Nacional de Licenciamento Ambiental, MMA, 2009).
- 14 Ver Parecer Técnico Nº 014/2007 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. Brasília, 21 de março de 2007.
- 15 Lula usou a metáfora do bagre por causa das manifestações que ocorriam naquele momento. Os movimentos sociais e os pesquisadores alertavam para a mortandade de peixes durante a construção.
- 16 O Consórcio MESA é formado por Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda; Construtora Norberto Odebrecht S/A; Andrade Gutierrez Participações S/A; CEMIG Geração e Transmissão S/A; FURNAS Centrais Elétricas S/A; Fundo de Investimentos e Participações – FIP; Amazônia Energia formado pelos bancos Banif e Santander. Fonte: [http:// www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br).
- 17 O consórcio ENERSUS é composto pelas empresas Suez Energy South América participações Ltda.; Camargo Correa Investimentos em Infraestrutura S/A; Eletrosul – Centrais elétricas S/A; Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF. Fonte: Ministério Público do Estado de Rondônia e Procuradoria da República em Rondônia, 2008.
- 18 Segundo Dourado, "a consulta pública é um instituto de participação popular previsto na legislação para situações variadas. Diferentemente da audiência pública, para a consulta pública não há regras procedimentais unificadas na legislação brasileira. Além disso, a doutrina jurídica sobre a consulta pública é escassa, tratando-o de modo incidental na discussão de temas do Direito Administrativo e Ambiental" (Dourado, 2008, p. 03)
- 19 De acordo com Dourado (2008), o EIA "é um dos instrumentos que deriva da Política Nacional de Meio Ambiente baseada na Lei n. 6938/81".
- 20 De acordo com Machado (2002, p. 237), "nos EUA, o Conselho de Qualidade Ambiental – Council on Environmental Quality – determinou, por meio de algumas diretrizes, que permeiam a implementação da Lei de Política Ambiental Americana – NEPA: Diretriz 40CFR§§1.500. O referido Conselho já houvera, em anterior diretriz (Guidelines 40 CFR), ordenado que os órgãos administrativos deveriam deixar disponíveis ao público a cópia do Relatório de Impacto, 15 dias antes da realização da Audiência Pública".
- 21 Dourado (2008) aponta que a audiência pública é regida pelo "ato normativo do CONAMA de acordo com a resolução nº 09/87, como procedimento administrativo, que estabelece as regras para que seja realizada uma audiência".
- 22 Ver os documentários "O chamado do Madeira: a luta dos povos da Amazônia contra os megaprojetos", organizado pela Rede Brasil e Actionaid e "O que beira a beira do Rio Madeira", organizado pelo GTA.